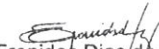


15 OUT 2026


Eronides Dias da Luz
Secretário de Apoio Legislativo**ESTADO DE MATO GROSSO**
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

APROVADA

15 OUT 2026


PRESIDENTE

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08/10/2026. PRESIDENTE PAULA CALIL. SECRETÁRIAS(OS): KATIUSCIA MANTELI/ DRA. MARA/ MAYSALÉAO (AD HOC)/ RANALLI (AD HOC). VEREADORES PRESENTES: PAULA CALIL, MAYSALÉAO, MICHELLY ALENCAR, KATIUSCIA MANTELI, DRA. MARA, ADEVAIR CABRAL, ALEX RODRIGUES, BAIXINHA GIRALDELLI, CEZINHA NASCIMENTO, CHICO 2000, DANIEL MONTEIRO, DEMILSON NOGUEIRA, DÍDIMO VOVÔ, DILEMÁRIO ALENCAR, EDUARDO MAGALHÃES, KÁSSIO COELHO, MARCREAN SANTOS, MARCUS BRITO JR., MARIA AVALONE, RANALLI, SAMANTHA ÍRIS, SARGENTO JOELSON, T. CORONEL DIAS, WILSON KERO KERO E LEMES. **VEREADORES AUSENTES:** JEFERSON SIQUEIRA (LICENCIADO); PROF. MÁRIO NADAF (AUSÊNCIA JUSTIFICADA); ILDE TAQUES. Às 09h04, "*Invocando a proteção de Deus em nome da liberdade e da democracia*", a sra. presidente – vereadora Paula Calil declarou aberta a sessão e secretariando a vereadora Katiuscia Manteli. Em seguida, os vereadores se posicionaram em postura cívica para a execução do Hino de Cuiabá. Após, a sobredita secretária efetuou a leitura das Atas da Sessão Ordinária realizada em 29/09/2026 e da Sessão Extraordinária realizada em 29/09/2026, em substituição à Sessão Ordinária do dia 01/10/2026. No **Expediente da Primeira Secretaria** foram registrados os documentos, a saber: Prefeitura Municipal de Cuiabá, Projeto de Lei n.º 410/2026 (Processo 51148/2026) – com o respectivo Projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa do município de Cuiabá para o exercício financeiro de 2027 (Mensagem 60/2026)"; CI n.º 633/2026 – gabinete da presidente Paula Calil – solicitação da suspensão da tramitação do Processo n.º 51148/2026 (Mensagem 60/2026); Of. n.º 920/2026 – gabinete da presidente Paula Calil – comunicando o recebimento da Mensagem n.º 60/2026, gerando o Processo n.º 51148/2026, que versa sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2027. No uso da palavra, a presidente Paula Calil esclareceu que a tramitação da LOA estava suspensa até que o Executivo Municipal enviasse a LDO à Casa; destacou que não era possível tramitar a LOA sem a LDO, uma vez que a LDO estabelece as diretrizes para a aprovação do orçamento; informou que a LDO havia tramitado pela Casa, passado pelas comissões e sido aprovada na primeira votação, mas reprovada na segunda votação; e concluiu que a Casa aguardava a chegada da LDO para que a LOA começasse a tramitar nas comissões; após, destacou a importância de esclarecer por que não era possível dar sequência à tramitação da LOA nessa Casa; informou que havia cinco requisitos para que a LOA fosse apreciada, todos constantes da LDO: prioridades da administração pública, metas, orientação para elaboração da LOA, alteração na legislação tributária e autorização para concessão de vantagens e aumento de remuneração; e concluiu que era necessário que a LDO estivesse tramitando e fosse aprovada para que a LOA viesse ao plenário e passasse pela apreciação dos pares. Em seguida, foi dado continuidade ao registro dos documentos, a saber: Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 176/2026 e 177/2026, de autoria da vereadora Dra. Mara; Projeto de Decreto Legislativo n.º 178/2026, de autoria da vereadora Samantha Iris; Projetos de Lei n.ºs 410/2026, 411/2026 e 412/2026, de autoria do Executivo Municipal; Projeto de Lei n.º 413/2026, de autoria do vereador Wilson Kero Kero; Projetos de Lei n.ºs 414/2026 e 415/2026, de autoria do vereador Alex Rodrigues; Requerimentos de Informações n.ºs 1169/2026, 1170/2026, 1171/2026, 1172/2026, 1173/2026, 1174/2026 e 1175/2026, de autoria do vereador T. Coronel Dias; Requerimentos de Informações n.ºs



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

1176/2026, 1177/2026 e 1178/2026, de autoria da vereadora Maysa Leão; CI n.º 55/2026 – gabinete do vereador Prof. Mário Nadaf – justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 08/10/2026, bem como solicitando a retirada de pauta dos processos de sua autoria. Às 09h20, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando a vereadora Katiuscia Manteli, passou-se à fase do **Pequeno Expediente**. Neste expediente, fizeram uso da palavra os vereadores: Michelly Alencar; Adevaír Cabral; Baixinha Giraldeili; presidente Paula Calil. Às 09h31, foi concedido o uso da Tribuna Livre à senhora Marileide Ormond Pipino – Presidente do MT Mama, que discorreu sobre o tema: "Campanha Outubro Rosa", solicitação essa de autoria do Secretário de Ações Institucionais, Conrado da Silva Cahahiba. Às 09h51, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando a vereadora Katiuscia Manteli, passou-se à fase do **Grande Expediente**. Neste expediente, fizeram uso da palavra os vereadores: Dídimo Vovô; pela liderança do governo municipal Demilson Nogueira; Demilson Nogueira; Alex Rodrigues; Katiuscia Manteli; Baixinha Giraldeili; Ranalli; Michelly Alencar; Wilson Kero Kero, que cedeu aparte ao vereador Kássio Coelho; Maysa Leão; Marcrean Santos, que cedeu aparte ao vereador Eduardo Magalhães; Dilemário Alencar; presidente Paula Calil. Em seguida, às 11h12, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando *ad hoc* o vereador Ranalli, foi feita a verificação de quórum e, constatado o quórum suficiente, deu-se início à fase da **Ordem do Dia**. Em tempo, o vereador Demilson Nogueira solicitou a inversão de pauta do Processo n.º 51.639/2025, de sua autoria. Em resposta, a presidente Paula Calil informou que os decretos seriam apreciados e votados todos em bloco, tratando-se já da segunda votação. Após, foram apreciadas as Atas proferidas no Pequeno Expediente. Postas em discussão e votação eletrônica, as Atas foram aprovadas por 19 (dezenove) votos favoráveis, registrados no painel eletrônico; 01 (um) voto contrário, registrado no painel eletrônico; e 06 (seis) ausências, a saber: Ilde Taques, Prof. Mário Nadaf, Katiuscia Manteli, Kássio Coelho, Wilson Kero Kero e Dra. Mara. No uso da palavra, a presidente Paula Calil informou que, logo mais às 16 horas, haveria uma reunião junto ao prefeito Abílio Brunini, à "secretária Lise" e ao secretário de Economia, Marcelo Bussiki, para tratar de pauta de interesse da cadeia produtiva; explicou que havia uma lei de 2016 que atrelava o alvará de localização ao habite-se e que, neste ano, a Lei Complementar 608 havia liberado os comércios de baixo risco, mas que o segmento de médio e alto risco precisava rever essa exigência; informou que a primeira reunião havia sido realizada na presidência, a pedido do setor produtivo, articulada pelo deputado Faissal Calil; por fim, convidou os vereadores a participarem dessa reunião. Em seguida, foram apreciados em bloco os Processos n.ºs: 49.666/2026 – Requerimento de Sessão Solene em homenagem aos médicos, em alusão ao Dia do Médico, celebrado em 18 de outubro, de autoria da vereadora Paula Calil; 50.476/2026 – Requerimento de Sessão Solene para entrega de Moções de Aplausos, no Plenário das Deliberações "Paulo Borges", de autoria do vereador Adevaír Cabral; 50.947/2026 – Requerimento de Sessão Solene em homenagem aos psicólogos, de autoria da vereadora Paula Calil; 50.948/2026 – Requerimento de Sessão Solene em homenagem aos nutricionistas, de autoria da vereadora Paula Calil; e 50.951/2026 – Requerimento de Sessão Solene em homenagem aos síndicos, de autoria da vereadora Paula Calil. Todos na fase única, a forma nominal/eletrônica e quórum de maioria simples. Postos em votação eletrônica, os requerimentos foram aprovados por 19 (dezenove) votos



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

favoráveis, registrados no painel eletrônico, e 08 (oito) ausências, a saber: Dídimo Vovô, T. Coronel Dias, Ilde Taques, Daniel Monteiro, Prof. Mário Nadaf, Katiuscia Manteli, Kássio Coelho e Dra. Mara. Em seguida, foram apreciados em bloco os Processos n.ºs: 46.125/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Nicolly Barbosa Luz, de autoria do vereador Adevaír Cabral, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emenda de redação; 47.513/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Girlayne Santos Menezes Gomes, de autoria do vereador Adevaír Cabral, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 44.075/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Cleide Maria Daltro da Silva, de autoria do vereador Alex Rodrigues, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 45.764/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadão Cuiabano ao senhor Rafaell Milas de Oliveira, de autoria do vereador Daniel Monteiro, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 45.328/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadão Cuiabano ao senhor Emerson Carvalho Rede, de autoria do vereador Daniel Monteiro, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emenda de redação; 45.762/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Eveline Pivelo Pasqualin, de autoria do vereador Daniel Monteiro, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 45.763/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Elisangela Pivelo Pasqualin, de autoria do vereador Daniel Monteiro, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 32.848/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadão Cuiabano ao senhor Douglas Camargo de Anunciação, de autoria do vereador Marcus Brito Jr., na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 42.502/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Samanta Quixabeira Rosa Lisboa, de autoria da vereadora Maysa Leão, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 41.172/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadã Cuiabana à senhora Paula Elizabeth de Souza Almas, de autoria da vereadora Maysa Leão, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 46.110/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadão Cuiabano ao senhor Allan Pereira Empereur, de autoria do vereador T. Coronel Dias, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emenda de redação; 46.111/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadão Cuiabano ao senhor Cláudio Moessa Costa, de autoria do vereador T. Coronel Dias, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 46.109/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título de Cidadão Cuiabano ao senhor Luiz Augusto Ferreira da Silva, de autoria do vereador T. Coronel Dias, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação; 44.092/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que institui o "Dia Municipal de Conscientização e Valorização da Pessoa Estomizada" no município de Cuiabá, a ser



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

celebrado anualmente no dia 16 de novembro, e dá outras providências, de autoria do vereador Alex Rodrigues, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emendas; 51.639/2025 – Projeto de Decreto Legislativo que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pacientes Oncológicos de Cuiabá-MT (APOC), de autoria do vereador Demilson Nogueira, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emenda de redação; 41.127/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que institui o Dia do Neuropsicopedagogo no âmbito do município de Cuiabá e dá outras providências, de autoria do vereador Prof. Mário Nadaf, subscrito pela vereadora Paula Calil, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emendas; e 37.877/2026 – Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título Honorífico Ordem do Mérito Legislativo Tenente Carlos Henrique Scheifer ao senhor Tenente-Coronel PM Bruno Marcel Souza Tocantins, de autoria da vereadora Paula Calil, na fase de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação com emenda de redação. Todos na forma nominal/eletrônica e quórum de maioria simples. Postos em discussão e votação eletrônica, os pareceres foram aprovados por 17 (dezesete) votos favoráveis, registrados no painel eletrônico, e 09 (nove) ausências, a saber: Michelly Alencar, Dídimo Vovô, Ilde Taques, Maysa Leão, Prof. Mário Nadaf, Katiuscia Manteli, Lemes, Dra. Mara e Dilemário Alencar. Na sequência, foi proferida a leitura de Requerimento para apreciação em Regime de Urgência Especial (RUE) do Processo n.º 29.523/2026, de autoria do vereador Marcrean Santos, com 23 (vinte e três) assinaturas. Posto em votação eletrônica, o requerimento foi aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, registrados no painel eletrônico; 03 (três) votos contrários, registrados no painel eletrônico; e 08 (oito) ausências, a saber: Ilde Taques, Maysa Leão, Prof. Mário Nadaf, Eduardo Magalhães, Cezinha Nascimento, Adevaír Cabral, Marcus Brito Jr. e Samantha Íris. Nesse ínterim, em questão de esclarecimento, o vereador Chico 2000 destacou a importância dessa Casa promover uma reunião para tratar da LDO antes da votação da LOA, em dezembro; afirmou que não se compreendia a chegada da LOA sem que ela tivesse sido norteadada pela LDO; e concluiu que era necessário evitar desencontros e o risco de uma votação irregular. Em resposta, a presidente Paula Calil informou que a LOA havia chegado no dia 30 de setembro e sido lida nessa manhã, seguida da leitura do ofício que suspendia sua tramitação até a chegada da LDO; destacou que não era possível apreciar a LOA sem a LDO, que estabelece as diretrizes; informou que a LDO havia tramitado pela Casa, passado pelas comissões, sido aprovada em primeira votação e reprovada na segunda; e concluiu que essa Casa não queria prejudicar Cuiabá e que era importante a apreciação da LDO e da LOA. Em tempo, o vereador Chico 2000 destacou que a LDO a ser encaminhada à Câmara precisava estar em consonância com a LOA já existente na Casa; alertou que, se a LOA fosse dissonante da LDO aprovada, haveria problema na aprovação da LOA; e concluiu que era importante que o Executivo se atentasse a isso e encaminhasse uma LDO em consonância com a LOA. Em resposta, a presidente Paula Calil concordou que a LOA deveria estar em consonância com a LDO; destacou que essa era a preocupação da Casa; e concluiu que, justamente por isso, a tramitação da LOA estava suspensa até que o Executivo enviasse a LDO a essa Casa. Ato contínuo, foi apreciado o Processo n.º 29.523/2026 – Projeto de Lei que altera e acrescenta dispositivos da Lei n.º 6.783, de 10 de março de 2022, que



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

dispõe sobre a cobrança de couvert artístico e a obrigatoriedade de colocação de placas informativas dos valores, de autoria do vereador Marcrean Santos. Em seguida, foi convocada para exarar parecer oral a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), composta pelos vereadores Daniel Monteiro (relator), Marcrean Santos e Samantha Íris, com 1 (um) voto contrário do vereador Daniel Monteiro e 2 (dois) votos favoráveis dos vereadores Marcrean Santos e Samantha Íris, portanto 2x1. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou que o parecer da CCJR foi pela aprovação. Após, foi convocada para exarar parecer oral a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, composta pelos vereadores Dídimo Vovô (relator), Kássio Coelho e Adevaír Cabral, a qual exarou parecer pela aprovação da matéria. Postos em discussão e votação eletrônica, os pareceres foram aprovados por 14 (catorze) votos favoráveis, registrados no painel eletrônico; 03 (três) votos contrários, registrados no painel eletrônico; e 09 (nove) ausências, a saber: Michelly Alencar, Ilde Taques, Maysa Leão, Prof. Mário Nadaf, Eduardo Magalhães, Cezinha Nascimento, Adevaír Cabral, Marcus Brito Jr. e Samantha Íris. Da matéria em si. Posta em discussão, para discuti-la, o vereador Daniel Monteiro defendeu que a matéria era relativa ao Código de Defesa do Consumidor, sendo, portanto, de competência privativa da União; argumentou que a constitucionalidade deveria ser analisada tecnicamente e que a atividade empresarial deveria ser regida pelo livre mercado, uma vez que a intervenção legislativa inviabilizaria determinadas atividades econômicas; e concluiu que, embora considerasse a legislação de boa intenção, discordava profundamente dela. Em seguida, realizada a votação eletrônica, o projeto não atingiu o quórum mínimo de 14 (catorze) votos, uma vez que apenas 13 (treze) vereadores se posicionaram, em razão da retirada do voto da vereadora Katiuscia Manteli, que registrou em ata a retirada de seu voto, não devendo ser contabilizado para efeito de quórum. Dessa forma, a presidente Paula Calil declarou prejudicada a votação e, às 11h48, declarou por encerrada a presente sessão, convocando os pares para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 13/10/2026, em horário regimental. Esta é a Ata que se lavrou para constar, devendo ser assinada, mediante leitura e aprovação.


PRESIDENTE


SECRETÁRIA(O)

MAURO
TSUGUMITI
FUKUHARA:571
75519168

Assinado de forma digital
por MAURO TSUGUMITI
FUKUHARA:57175519168
Dados: 2026.10.09
09:57:29 -04'00'

Mauro Tsugumiti Fukuhara
Taquígrafo Legislativo